



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO  
DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.**

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 165/2020 PMN



**SANITARY SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob CNPJ n. 22.669.103/0001-81, situada à Rua Doutor Otto Feuerschuette, nº 43, sala I, bairro Vila Moema, Tubarão/SC, CEP 88.705-020, vem, tempestivamente, com amparo no art. 41, § 2º da Lei nº 8.666/93 e na cláusula 8 do Edital de Pregão nº 165/2020 PMN, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 165/2020 PMN**, conforme razões a seguir:

A Requerente é empresa especializada e atuante no mercado de limpeza pública, com grande *expertise* inclusive nas atividades relacionadas ao objeto licitado, tendo, portanto, interesse em concorrer ao certame em epígrafe.

Conforme exposto no Edital, o objeto da licitação é o **"REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LIMPEZA URBANA, CAPINAÇÃO MANUAL E MECANIZADA (COM FORNECIMENTO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, INSUMOS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA) INCLUINDO**



3

*VIAS PÚBLICAS E LIMPEZA DAS PRAIAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO DE NAVEGANTES/SC”.*

Entretanto, em análise atenta aos termos do Edital e seus anexos, a Requerente deparou-se com exigências ilegais, implicando ofensa ao ordenamento jurídico e restrição ao caráter competitivo da licitação, com afetação na escolha da proposta mais vantajosa, portanto em ofensa a princípios basilares das licitações públicas e contratações administrativas.

Especificamente, a Requerente deparou-se com as seguintes ilegalidades: (i) inadequação da utilização do Sistema de Registro de Preços, (ii) ausência de reserva orçamentária para a futura contratação, (iii) ausência de orçamento básico de composição dos custos dos itens licitados e (iv) ilegalidade na definição do prazo de pagamento e ausência de atualização de valores em caso de pagamento com atraso.

Para melhor argumentação, expõem-se separadamente as razões dessas ilegalidades.

**I. Da inadequação da utilização do Sistema de Registro de Preços**

A licitação em apreço exprime confusão técnica acerca do Sistema de Registro de Preços, utilizando-o indevidamente para o objeto licitado, haja vista a incompatibilidade dos serviços continuados de limpeza pública com o sistema de registro de preços (SRP).

Sucintamente, urge repisar que o SRP é procedimento especial previsto no art. 15, inciso II, da Lei nº 8.666/93, originariamente concebido para ser





empregado nas *compras*, isto é, para a aquisição de bens (art. 6º, inciso III, da Lei nº 8.666/93), e não para serviços, muito menos para serviços de natureza continuada.

Com o advento da Lei nº 10.520/02 instituindo a modalidade pregão, destinado à aquisição de bens e serviços *comuns*, inclusive mediante SRP, passou-se a admitir, em casos específicos, a utilização do SRP nas licitações cujo objeto é a prestação de serviços, notadamente aqueles de contratações pontuais, ou seja, contratações por escopo, em que o prestador é eventualmente demandado para realizar certa tarefa, recebendo a contraprestação a cada serviço prestado.

Em certa medida, o SRP passou a ser preferido pela Administração Pública, porque nesse procedimento é desnecessário realizar prévio bloqueio orçamentário no montante total estimado das contratações, até porque a Administração não estaria obrigada a contratar toda a quantidade licitada (art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93).

Aliás, tal preferência da Administração muitas vezes redundou em verdadeiro abuso, haja vista a realização de licitações para SRP sem o devido planejamento das contratações, gerando falsa expectativa aos licitantes e revertendo em perda da economia de escala, com revés ao interesse público.

Feita essa breve introdução, mostra-se a incompatibilidade do SRP no caso concreto, cujo objeto é a prestação de serviços de limpeza pública de natureza continuada, caracterizados como serviços de engenharia.

Aliás, é inconcebível o rito previsto ao final do certame. Isso porque o disposto nas cláusulas 12 e 13 do Edital de Pregão nº 165/2020 PMN e no Anexo V – Minuta de Ata de Registro de Preços dão a entender que ao final do certame, uma vez homologada a licitação, o Município celebrará com o vencedor da licitação a Ata de Registro de Preços, porém, ato contínuo, conforme cláusulas 9 e 10 do Edital e Anexo VI – Minuta de Contrato, **será firmado um único contrato**, cuja previsão



inicial é de duração ininterrupta ao longo de 12 meses, sendo a despesa estimada em R\$ 6.232.381,44.

Ora, é lição comezinha que no SRP celebra-se apenas a Ata de Registro de Preços e, durante a vigência desta (12 meses), são celebrados diversos contratos, conforme a necessidade da Administração, limitado ao quantitativo máximo estimado no edital.

Deveras, é incompreensível a cláusula 17 do Edital, segundo a qual *“Esta ATA DE REGISTRO DE PREÇO não obriga o Município de Navegantes/SC a firmar as contratações nas quantidades estimadas”*, porém salta aos olhos que imediatamente após a licitação **será celebrado um único contrato de prestação de serviços de natureza continuada**, capaz de ser prorrogado até o limite de 60 meses, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, conforme anunciado na cláusula 4.1 da Minuta do Contrato (Anexo VI ao Edital).

Da mesma forma, consta da Minuta da Ata de Registro de Preços que *“4.2 Os serviços prestados/executados se darão de forma parcelada e o Regime de Execução será Indireto, de acordo com as necessidades do Município de Navegantes/SC.”*. No mesmo sentido é a previsão constante da Minuta do Contrato de Prestação de Serviços, no item 3.2.

Ora, evidente que os serviços contratados não comportam tal regime de contratação, exatamente porque dizem respeito à contratualização de “EMPRESA ESPECIALIZADA EM LIMPEZA URBANA, CAPINAÇÃO MANUAL E MECANIZADA (COM FORNECIMENTO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, INSUMOS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA) INCLUINDO VIAS PÚBLICAS E LIMPEZA DAS PRAIAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO DE NAVEGANTES/SC.”. Trata-se de serviço contínuo, cuja prestação deve se dar mediante contrato de empreitada por preço global, incompatível com o regime de contratualização através de SRP.





Enfim, a esdrúxula regulamentação do Edital de Pregão nº 165/2020PMN quanto ao ponto confessa a incongruência do SRP para serviços de natureza continuada, sendo inadequado nesses casos.

Sobre esse assunto, cita-se enunciado do TCU a refutar a utilização do SRP em contratações de serviços de natureza continuada:

**Enunciado:** A utilização do sistema de registro de preços para contratação imediata de serviços continuados e específicos, com quantitativos certos e determinados, sem que haja parcelamento de entregas do objeto, **viola o art. 3º do Decreto 7.892/2013.** (Acórdão 1604/2017-Plenário. Data da sessão 26/07/2017. Relator Min. VITAL DO RÊGO)

Extrai-se o seguinte resumo do enunciado acima:

Representação formulada ao TCU apontou possíveis irregularidades na Prefeitura Municipal de Natal/RN, relacionadas ao Pregão Eletrônico 20.062/2016, que tinha por objeto o registro de preços para contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de apoio operacional e administrativo, de natureza contínua, visando suprir necessidades da Secretaria Municipal de Saúde referentes ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). Quanto à irregularidade consistente na *"utilização indevida do Sistema de Registro de Preços"*, ao apreciar a alegação do Secretário Municipal de Saúde de que *"o motivo da escolha pelo SRP teria sido o atendimento de demandas futuras e imprevisíveis"*, a unidade técnica ponderou que o simples fato de haver possibilidade de aumento futuro da demanda pelos serviços *"não justifica a constituição de uma ata de registro de preços"*. Segundo a unidade instrutiva, o termo de referência do pregão *"demonstra claramente a quantidade de mão de obra a ser contratada para cada serviço a ser prestado pela empresa contratada"*, e o art. 65, § 1º, da Lei 8.666/1993 *"faculta ao administrador público alterar unilateralmente o contrato celebrado para acrescer ou suprimir em até 25% os serviços contratados, o que representa uma margem razoável"*. E se houvesse necessidade de um aumento superior a 25% dos serviços previstos inicialmente no termo de referência, *"mostrar-se-ia mais coerente realizar uma nova licitação, aumentando a competitividade e possibilitando a contratação de outras empresas interessadas"*. **A unidade técnica concluiu então que se tratava da "contratação imediata de serviços continuados e específicos, com quantitativos certos e determinados, não havendo parcelamento de entregas do objeto", restando,**



3

**portanto, indevida a utilização do sistema de registro de preços.**

Em seu voto, o relator acompanhou, no essencial, o entendimento da unidade instrutiva, acrescentando a jurisprudência do TCU no sentido de que "a ata de registro de preços se encerra ou com o término da sua vigência ou com a contratação da totalidade do objeto nela registrado", invocando, para tanto, o Acórdão 113/2012 Plenário. Ao final, o relator propôs e o Plenário decidiu considerar parcialmente procedente a representação, expedindo determinação à Prefeitura Municipal de Natal/RN que "se abstenha de praticar quaisquer atos tendentes a novas contratações da empresa vencedora dos lotes licitados, bem como de autorizar adesões à ata de registro de preços por outros entes públicos, preservada tão somente a execução do Contrato 182/2016", sem prejuízo de dar-lhe ciência de que **a "utilização do sistema de registro de preços para contratação imediata de serviços continuados e específicos, com quantitativos certos e determinados, não havendo parcelamento de entregas do objeto", viola o art. 3º do Decreto 7.892/2013.**

É de bom alvitre rememorar que as orientações do TCU são de observância obrigatória pelos municípios, conforme preconizado na Súmula 222/TCU:

SÚMULA TCU 222: As Decisões do Tribunal de Contas da União, relativas à aplicação de normas gerais de licitação, sobre as quais cabe privativamente à União legislar, **devem ser acatadas pelos administradores dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.**

Não bastasse a jurisprudência do TCU já citada, o TCE/SC tem reiteradamente afastado a utilização do Sistema de Registro de Preços em caso de contratação de serviços de engenharia, como no caso em apreço, senão vejamos:

**Decisão nº 3782, de 20/12/2006:**

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Conhecer do Edital de Concorrência n. 03-018/06 - RP, de 08/08/2006, da Prefeitura Municipal de Blumenau, cujo objeto é o Registro de Preços para a contratação de empresa para realização de serviços técnicos de execução de levantamentos topográficos planialtimétricos cadastrais destinados a projetos de implantação de novas vias, reformulação de vias existentes e desenvolvimento de projetos diversos, acompanhados ou não de traçado geométrico





básico, com detalhamento, pelo período de 01 ano - SEPLAN, com valor máximo previsto de R\$ 621.000,00, considerando seus termos em desconformidade com a legislação vigente, em razão da:

**6.1.1. promoção de procedimento licitatório na modalidade de Concorrência para Sistema de Registro de Preços não cabível para serviços de engenharia, ferindo o disposto no art. 15 da Lei Federal n. 8.666/93 c/c o art. 11 da Lei n. 10.502/02;**

\*\*\*\*\*

**Acórdão nº 550, de 22/04/2009:**

6.1. Conhecer do Relatório de Auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Rio do Sul, com abrangência aos exercícios de 2005 a 2006, **para considerar irregulares as Concorrências ns. 244/05 e 30, 81 e 128/06 e o Pregão n. 10/07.**

6.2. Aplicar ao Sr. Milton Hobus - Prefeito Municipal de Rio do Sul, CPF n. 292.517.459-00, com fundamento no art. 70, II, da Lei Complementar n. 202/2000, a multa no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), **em face da realização dos procedimentos licitatórios Concorrências n. 244/05 e 30, 81 e 128/06 e Pregão n. 10/07, sob o Sistema de Registro de Preços, para contratação de obras e serviços de engenharia, em desacordo com o disposto nos arts. 15 da Lei (federal) 8.666/93 e 11 da Lei n. 10.520/02** (item 2.1 do Relatório DLC), fixando-lhe o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Acórdão no Diário Oficial Eletrônico desta Corte de Contas, para comprovar ao Tribunal o recolhimento ao Tesouro do Estado da multa cominada, sem o que, fica desde logo autorizado o encaminhamento da dívida para cobrança judicial, observado o disposto nos arts. 43, II, e 71 da Lei Complementar n. 202/2000.

\*\*\*\*\*

**Representação.** Licitação. Orçamento básico. Ausência de detalhamento. Edital. Requisito subjetivo. **Registro de preços. Inadequação.** Irregularidades. Multa. Recomendação.

O TCE/SC julgou parcialmente procedente a representação encaminhada por empresa de tecnologia e aplicou três multas individuais ao ex-Secretário de Gestão Administrativa e ao ex-Diretor de Gestão de Materiais e Serviços do Município de Balneário Camboriú, em face da elaboração do orçamento básico sem o detalhamento exigido pela alínea "f" do inciso IX do art. 6º, e pelo inciso II do § 2º do art. 7º, ambos da Lei nº 8.666/93, bem como pela inclusão de requisito subjetivo no edital com prejuízo ao caráter competitivo ao certame, e, por fim, **pela inadequação da utilização do registro de preço para contratação do objeto do Pregão**





**Presencial contrariando o cabimento e as finalidades do registro de preço.**

As irregularidades dizem respeito ao Pregão Presencial nº 030/2013 da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, que tem como objeto **o registro de preços para contratação de empresa de engenharia especializada para prestação de serviços especializados na manutenção** e locação de equipamentos de controle de tráfego viário - avanço de sinal, radar fixo, lombadas eletrônicas, controladores e demais afins.

O Relator justificou a responsabilidade atribuída ao ex-Diretor e ao ex-Secretário, uma vez que ambos assinaram o aviso de licitação e edital do Pregão, conforme demonstrado ao longo do processo.

Quanto ao orçamento não detalhado de todos os custos envolvidos na licitação, bem como com descrição unitária de preços e quantitativos, o tribunal justificou a aplicação de multa alegando que "a ausência de orçamento detalhado nos moldes legais impossibilita que a Administração avalie de forma segura se as propostas atendem ao interesse público quanto aos preços ofertados, e a qual item, exatamente, estes se referem".

No que diz respeito à inclusão de requisito subjetivo no edital, o Tribunal entende que tal condição "traz embaraço ao caráter competitivo do certame, uma vez que alguns concorrentes poderiam renunciar à participação na licitação, diante da subjetividade e da incerteza de custos com possíveis diligências e análises, que dificultam ao concorrente a avaliação da viabilidade de cumprir tais exigências, bem como, que impossibilitam quantificar os custos referente a estas no orçamento".

Ainda, o Tribunal concluiu como **"inadequada a utilização do registro de preços para contratação de empresa de engenharia especializada para prestação de serviços na manutenção e locação de equipamentos de controle de tráfego viário, uma vez que para esse objeto a Administração deve ter definido o quantitativo necessário no projeto básico, contrariando o cabimento e as finalidades do registro de preço previstas no art. 15 c/c o caput do art. 3º da Lei (federal) nº 8.666/93, art. 5º do Decreto (municipal) nº 6.972/13 e Código de Trânsito Brasileiro, arts. 19 e 21"**.

Por fim, fez recomendação àquela Unidade que observe as estatísticas gerais de trânsito fornecidas de acordo com o § 3º do art. 19 e inciso IV do art. 21, ambos do Código de Trânsito Brasileiro em futuros estudos e projetos básicos que envolvam a contratação de empresa para aquisição, locação e/ou manutenção de equipamentos de controle de tráfego viário. REP-13/00106694. Rel. Cons. Subs.





Gerson dos Santos Sicca. (Informativo de Jurisprudência do TCE/SC - N. - N. 033. Período - 01 a 28 de Fevereiro de 2017)

\*\*\*\*\*

**Acórdão nº 495/2019:**

1. Considerar procedente a Representação a qual requereu a suspensão do pregão presencial n. 058/2019, que visa ao registro de preços para execução de serviços de drenagem.

(...)

3. Determinar à Prefeitura Municipal de Gaspar que promova a anulação do Edital de Licitação n. 58/2019, pelas ilegalidades supracitadas, com base no art. 49 da Lei n. 8.666/93, comprovando-a a este Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta deliberação no Diário Oficial Eletrônico deste Tribunal.

4. **Determinar à Prefeitura de Gaspar que se abstenha de promover novos editais de registro de preços para obras.** (Processo n.: @REP 19/00544501. Data da sessão n.: 23/09/2019 – Ordinária. Rel. Cons. Herneus de Nadal)

Enfim, é latente a inadequação do emprego do SRP no caso em epígrafe, pois o Pregão nº 165/2020 tem por objeto a execução de serviços de engenharia em caráter continuado, **incompatível com a sistemática do SRP**, aplicável apenas nos casos de contratações pontuais e recorrentes.

Assim como nos casos analisados pelos Tribunais de Contas, o Edital de Pregão nº 165/2020 PMN tem por objeto uma única contratação imediata de serviços continuados, com quantitativos certos e determinados, **restando indevido o emprego do SRP no caso em testilha.**

Em suma, requer-se seja reconhecida a ilegalidade das cláusulas 12 e 13 do Edital de Pregão nº 165/2020 PMN, por adotar o Sistema de Registro de Preços, contrariando o cabimento e as finalidades desse sistema previstas no art. 15 c/c o *caput* do art. 3º da Lei nº 8.666/93.



**II. Da ilegalidade por omissão da indicação dos recursos orçamentários da futura contratação**

A indevida utilização do SRP esconde uma outra ilegalidade do Edital, concernente na omissão da reserva orçamentária para a contratação almejada.

A cláusula 1.2 do Edital consigna “O valor total das contratações é de R\$ 6.232.381,44 (Seis Milhões, duzentos e trinta e dois mil, trezentos e oitenta e um reais e quarenta e quatro centavos)”, sendo esta a estimativa da despesa durante o primeiro ano da vigência do contrato.

Ocorre que o Edital é absolutamente omisso na previsão dos recursos orçamentários para custear essa despesa.

A Lei nº 8.666/93 é de clareza solar ao obrigar a Administração Pública a indicar os recursos orçamentários que irão suportar a despesa a ser contratada:

Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte seqüência:

§ 2º **As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:**

III - **houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações** decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;

Além disso, é obrigatório que o edital de licitação faça indicação do “recurso próprio para a despesa”, conforme exige o art. 38 da Lei nº 8.666/93.

Evidente, pois, que exige a legislação pertinente, para a deflagração de licitações com vistas à contratação de serviços, a previsão dos recursos orçamentários suficientes para tanto.

Sobre a questão, Marçal Justen Filho<sup>1</sup> é categórico ao afirmar que:

<sup>1</sup> Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12ª ed., São Paulo: Dialética, 2008, p. 137





Qualquer contratação que importe dispêndio de recursos públicos **depende da previsão de recursos orçamentários**. Assim se impõe em decorrência do princípio constitucional de que todas as despesas deverão estar previstas no orçamento (art. 167, incs. I e II), somente podendo ser assumidos compromissos e deveres com fundamento na existência de receita prevista.

Nessa mesma linha a jurisprudência do TCU, a considerar irregular a deflagração de licitações sem a prévia indicação e previsão dos recursos suficientes para fazer face às despesas decorrentes da futura contratação:

Não se deve aqui minorar a importância das disposições legais sobre **a correta previsão orçamentária dos recursos a amparar os procedimentos licitatórios, ao contrário, deve-se reconhecer sua imprescindibilidade**, já que tais disposições são assecuratórias da boa gestão dos recursos públicos e especificam a conduta prudencial do gestor licitante, em conformidade com os princípios administrativos e jurídicos do planejamento, do controle, da eficiência e da segurança jurídica. (AC-11196-41/11-2 Sessão: 22/11/11 Grupo: I Classe: III Relator: Ministro AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI - Fiscalização - Auditoria de Conformidade)

Embora se trate de lição comezinha, o Edital do Pregão nº 165/2020 PMN é **absolutamente omissos quanto à previsão de recursos orçamentários para suportar a contratação almejada**, em ofensa direta à exigência do art. 7º, § 2º, inc. III, da Lei nº 8.666/93, contrariando orientação firme da jurisprudência e da doutrina, a exigir imediata correção para consignar expressamente os recursos orçamentários do exercício em curso que serão destinados ao custeio da contratação objeto da licitação em comento.


### III. **Ausência do orçamento básico de composição dos custos dos itens licitados**

O Edital de Pregão nº 165/2020 PMN viola frontalmente a legislação vigente ao sonegar a adequada e prévia composição dos custos dos itens licitados (orçamento básico), conforme exigido pelo art. 6º, inciso IX, 'f', e pelo art. 7º, § 2º, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.



No caso, inexistente no Edital e seus anexos qualquer estudo ou planilha que justifique o preço global constante no item 1.2 do Edital (R\$ 6.232.381,44) e no item 1.1 do Anexo V do Edital – Minuta da Ata de Registro de Preços e no item 2 do Anexo VII do Edital – Termo de Referência. Há, tão somente, a informação dos valores globais dos subitens licitados (*item 1 - 5.553.459,00 e item 2 - R\$ 678.922,44, que somam o valor global de R\$ 6.232.381,44*), assim como menção à Planilha de Composição de Preço (Anexo A do Anexo VII do Edital):

**ANEXO A**  
**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇO**

 ESTADO DE SANTA CATARINA Prefeitura Municipal de Navegantes Secretaria: Diretoria:		<b>PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇO</b> Edital: _____ Nº Folha: _____ Objeto: _____ Unidade de Medida: _____			
Descrição dos Serviços:		Item:	01		
A	EQUIPAMENTOS	Quantid.	UTILIZAÇÃO		CUSTO OPERACIONAL
			Produtiva	Improd.	Produtiva
1			0	0	R\$ - R\$ - R\$ -
2					R\$ - R\$ - R\$ -
3					R\$ - R\$ - R\$ -
4					R\$ - R\$ - R\$ -
5					R\$ - R\$ - R\$ -
6					R\$ - R\$ - R\$ -
7					R\$ - R\$ - R\$ -
			TOTAL (A)		R\$ -
B	MÃO DE OBRA	Quantid.	SALÁRIO HORA		CUSTO HORÁRIO
1			R\$ - R\$ -		-
2			R\$ - R\$ -		-
3			R\$ - R\$ -		-
4			R\$ - R\$ -		-
5			R\$ - R\$ -		-
			TOTAL (B)		R\$ -
C	MATERIAIS	UNID.	CONSUMO	CUSTO	CUSTO UNITÁRIO
1		UNID.	0	R\$ - R\$ -	-
2				R\$ - R\$ -	-
3				R\$ - R\$ -	-
4				R\$ - R\$ -	-
5				R\$ - R\$ -	-
6				R\$ - R\$ -	-
7				R\$ - R\$ -	-
			TOTAL (C)		R\$ -
D	SERVIÇOS AUXILIARES	UNID.	CONSUMO	CUSTO	CUSTO UNITÁRIO
1		UNID.	0	R\$ - R\$ -	-
2				R\$ - R\$ -	-
3				R\$ - R\$ -	-
4				R\$ - R\$ -	-
			TOTAL (D)		R\$ -
E	TRANSPORTE	DMT - km	Unid.	Consumo	CUSTO
1		km		0	R\$ - R\$ -
2					R\$ - R\$ -
3					R\$ - R\$ -
4					R\$ - R\$ -
			TOTAL (E)		R\$ -
CUSTO DIRETO TOTAL ((A + B + C + D + E) x 1)					R\$ -
BONIFICAÇÃO POR DESPESAS INDIRETAS					0,00% R\$ -
PREÇO UNITÁRIO					R\$ -
PREÇO UNITÁRIO ADOPTADO					R\$ -

Observação: De acordo com a Lei nº 8.666/93, em licitações e contratos administrativos, o Art. 23 das licitações, nem a planilha de preços e

Ocorre que, como facilmente se observa, o Poder Público não ofertou Planilha semelhante com a composição do preço tido como referencial (R\$



6.232.381,44), situação que, além de atentatória contra o art. 6º, inciso IX, 'f', e o art. 7º, § 2º, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, impõe dificuldades na compreensão dos custos orçados pela Administração Pública para o objeto licitado. Enfim, sob qualquer ângulo o Edital nº 165/2020 mostra-se viciado pela inexistência de orçamento detalhado do objeto licitado, cujo valor, ademais, mostra-se representativo frente o orçamento municipal.

A ilegalidade é flagrante e carece de maiores reflexões.

O TCE/SC já analisou esta situação em específico, quando do lançamento pela Prefeitura Municipal de Navegantes do Edital nº 110/2020, com o mesmo objeto licitado. Naquela oportunidade fora expedida Decisão cautelar pelo Em. Conselheiro WILSON ROGÉRIO WAN-DALL (Decisão Singular GAC/WWD - 986/2020), nos seguintes termos:



**Ausência de detalhamento do orçamento básico, notadamente os serviços de limpeza de ruas e logradouros e limpeza de praias**

Ao analisar o termo de referência o Corpo Instrutivo não conseguiu identificar quais foram os itens e valores utilizados para determinar o valor estimado para

Processo: @REP 20/00511133 – Despacho: GAC/WWD - 986/2020

4  
4505816

emitido por: com certificação digital: ICP-Brasil (Módulo Prodata nº2.000.2, de 24/08/2001)  
e foi assinado digitalmente por Wilson Augusto Wan-Dall e outros.  
Identificador único: 9104505816 em 16/09/2020 e o número do processo: 2000511133 e o código: 97007



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

GAB. CONS. WILSON WAN-DALL

**limpeza de ruas e das praias e do Caminhão pipa para desinfecção e sanitização de espaços públicos:**

No Termo de Referência, às folhas 64 e 65, a Administração Municipal indica apenas os valores globais de cada um dos itens para 12 (doze) meses, sem detalhar como obteve tais valores:

- Limpeza de ruas: R\$ 6.826.973,16;

- Limpeza de praias: R\$ 1.102.737,20; e

- Caminhão pipa para desinfecção e sanitização de espaços públicos: R\$ 480.720,00 (valor total para as 800 horas).

No site no Município [<https://www.navegantes.sc.gov.br/licitacao/1910/pregao-presencial-110-2020-pmn>], nada mais se encontrou que detalhasse os três valores acima, notadamente os referentes à limpeza das ruas e das praias.

Considerando o exposto, como não foi possível identificar os elementos utilizados para a formação do valor estimado, ficou configurada a ausência de detalhamento dos componentes utilizados para compor o orçamento básico.

Importante mencionar que referida Decisão Singular GAC/WWD - 986/2020 fora expedida com base no Relatório DLC - 776/2020, que expediu posição firme em reconhecer a manifesta ilegalidade pela ausência de orçamento básico detalhado: *"Assim, no presente caso, não há o orçamento devidamente detalhado, não podendo ser realizada a licitação."* (fl. 91 dos autos).

Para perfeita ciência da Prefeitura Municipal de Navegantes da irregularidade praticada, juntam-se à presente Impugnação cópia da Decisão Singular GAC/WWD - 986/2020 e do Relatório DLC - 776/2020, ambos provenientes do TCE/SC e relativos ao Edital nº 110/2020, sustado pelo Poder Público, situação que acarretou na publicação do presente Edital nº 165/2020.





Em verdade, está-se diante de latente descumprimento da Decisão Singular GAC/WWD - 986/2020, prolatada pelo Em. Conselheiro WILSON ROGÉRIO WAN-DALL, posto que a mesma situação já fora objeto de recente decisão da Corte de Contas, em licitação pública com o mesmo objeto:

**Ante o exposto DECIDO:**

1. Conhecer da Representação por preencher os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 65 e 66, da Lei Complementar 202/2000 c/c o art. 24, da Instrução Normativa TC 21/2015.

2. Determinar cautelarmente ao Sr. Arlindo Nunes Barboza, Secretário de Saneamento Básico do Município de Navegantes, com base no art. 29 da Instrução Normativa n. TC-21/2015 c/c o art. 114-A, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas a SUSTAÇÃO do Edital na modalidade de Pregão Presencial n.º 110/2020, no sentido de que a Prefeitura Municipal de Navegantes se abstenha de homologar ou adjudicar e, via de consequência, celebrar contrato decorrente do edital, até manifestação ulterior que revogue a medida ex officio, ou até a deliberação pelo Egrégio Tribunal Pleno, alertando que o não cumprimento desta determinação implicará na cominação das sanções previstas na Lei Orgânica e no Regimento Interno deste Tribunal de Contas, em face das seguintes irregularidades:

2.2.3. Ausência de detalhamento dos componentes utilizados para compor o orçamento básico não sendo possível identificar os elementos utilizados para a formação do valor estimado, contrariado o art. 6.º, inc. IX, alínea "f" c/c art. 7.º, § 2.º, inc. II da Lei de Licitações, bem como prejudgados 2009 e 810 do TCE/SC, item 2.2.3 do Relatório nº DLC - 776/2020.

Como conclusão, assim como ocorreu quando do lançamento do Edital nº 110/2020, há vício de legalidade no Edital nº 165/2020 da Prefeitura Municipal de Navegantes pela ausência de orçamento devidamente detalhado dos itens (serviços) licitados, em ofensa ao art. 6º, inciso IX, 'f', e ao art. 7º, § 2º, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

**IV. Da ilegalidade na definição do prazo de pagamento, ausência de atualização de valores em caso de pagamento com atraso**

O art. 55, III, da Lei nº 8.666/93 preconiza, entre outras obrigações, a necessidade de dispor sobre "*as condições de pagamento*" e sobre "*os critérios de*



3

*atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento”.*

Quanto às condições de pagamento, embora tenha sido fixado o prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da prestação do serviço para que a Administração efetive o pagamento ao contratado, a cláusula 11.1.1 do Edital do Pregão nº 165/2020 PMN determina que “os pagamentos poderão sofrer dilatação de prazo, nos termos do art. 78 inc. XV da Lei 8.666/93”.

A Administração pretende impor ao contratado uma espécie de “direito” a atrasar o pagamento, em total ilegalidade.

Em verdade, o art. 78, XV, da Lei nº 8.666/93 não dá direito algum à Administração atrasar o cumprimento de sua obrigação – o pagamento. Pelo contrário, tal disposto regula um direito do contratado, qual seja, de declarar a rescisão do contrato quando a Administração atrasa em mais de noventa dias o pagamento da parcela que lhe é devida.

Repita-se, a lei não autoriza a Administração a atrasar a sua obrigação, mas tão somente garante a contratada que, em determinada situação, seja liberado do contrato.

Concernente ao prazo para efetuar o pagamento, a lei é muito clara. Segundo o art. 40, XIV, “a” da Lei nº 8.666/93, o edital deve fixar *“prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela”*.

Em arremate, a alínea “c” do mesmo dispositivo obriga a Administração a definir no edital o *“critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento”*.





Bem se vê que a Administração tem o dever de pagar no prazo de até 30 dias, não se admitindo atraso, cuja consequência é a necessidade de atualizar os valores devidos até o efetivo pagamento e, a critério do contratado, ver-se liberado do contrato na hipótese de o atraso perdurar por mais de 90 (noventa) dias.

Nesse diapasão, é ilegal o disposto na cláusula 11.1.1 do Edital, por ofensa ao disposto nos arts. 40, inciso XIV, "a" e 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

Em complemento, há ilegal omissão do Edital do Pregão nº 165/2020 PMN, vez que não fixa os critérios para atualização financeira dos valores a serem pagos em caso de atraso, em ofensa ao disposto no arts. 40, inciso XIV, "c" e 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

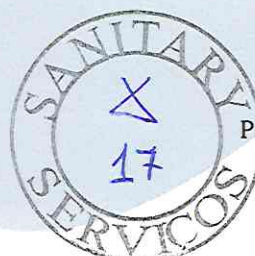
Por conseguinte, requer-se seja suprimida a cláusula 11.1.1 do Edital nº 165/2020 da Prefeitura Municipal de Navegantes, bem como seja incluída cláusula dispondo sobre o critério de atualização financeira dos valores devidos ao contratado em caso de atraso no pagamento.

#### **V. Requerimentos**

Ante o exposto, requer-se o recebimento e conhecimento da presente Impugnação, julgando-a procedente para fins de:

**a)** Reputar ilegais as cláusulas 12 e 13 do Edital de Pregão nº 165/2020 PMN, por adotar o Sistema de Registro de Preços em situação incompatível com o objeto – serviços de engenharia de natureza continuada –, contrariando o cabimento e as finalidades desse sistema previstas no art. 15 c/c o *caput* do art. 3º da Lei nº 8.666/93;

**b)** Declarar a omissão do Edital de Pregão nº 165/2020 PMN, vez que não indica os recursos orçamentários para suportar a despesa decorrente da



contratação almejada, em ofensa ao disposto nos artigos 7º, § 2º, inciso III e art. 38, *caput*, da Lei nº 8.666/93;

c) Declarar nulo o Edital nº 165/2020, pela ausência de orçamento devidamente detalhado dos itens (serviços) licitados, em ofensa ao art. 6º, inciso IX, 'f', e ao art. 7º, § 2º, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93;

d) Reputar ilegal a cláusula 11.1.1 do Edital de Pregão nº 165/2020 PMN, ao estabelecer dilação ilegal de prazo de pagamento das contraprestações, em ofensa ao disposto nos arts. 40, inciso XIV, "a" e 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93;

e) Declarar a omissão do Edital de Pregão nº 165/2020 PMN, vez que não fixa os critérios para atualização financeira dos valores a serem pagos em caso de atraso, em ofensa ao disposto no arts. 40, inciso XIV, "c" e 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

Julgada procedente, ainda que parcialmente, a presente impugnação, requer-se seja determinada a anulação do Edital de Pregão nº 165/2020 PMN ou sua retificação, com a republicação do edital corrigido dos vícios ora apontados.

Respeitosamente, requer deferimento.

Tubarão, 7 de dezembro de 2020.



**SANITARY SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA EIRELI**

PEDRO CORRÊA FELISBINO – representante legal

CPF n. 086.972.109-76

